

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**

ANA RITA GRACIOLA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL:
OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Porto Alegre, 05 de agosto de 2014.

ANA RITA GRACIOLA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL:
OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof^a Ms. Ana Cristina Cypriano Pereira.

Porto Alegre, 2014.

ANA RITA GRACIOLA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL:
OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Ana Cristina Cypriano Pereira – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr. Liliana Maria Passerino – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr. Vera Regina Schmitz – UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Gilmar e Clarice, por tanto amor, carinho e pelo incentivo e apoio em todas as minhas escolhas e decisões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para acreditar.

À minha orientadora, Ana, pelos ensinamentos e amizade, fundamentais neste momento.

Aos meus pais, Clarice e Gilmar, exemplos da minha vida, pelo amor incondicional e suporte em todas as situações.

Às minhas irmãs Ana Paula e Ana Laura, pelo carinho sincero e alegrias tão necessárias.

Ao meu namorado Alexandre, meu companheiro, pelo apoio verdadeiro.

Obrigada!

EPÍGRAFE

“A sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados.”

Cláudia Werneck

RESUMO

A comunicação humana serve de base para o relacionamento, a integração das pessoas na sociedade e a integridade do desenvolvimento emocional e cognitivo. Os recursos de comunicação alternativa são meios utilizados por pessoas com deficiência para interagir e se integrar à sociedade. Portanto, este estudo propõe colocar em pauta esse assunto, frente às questões acadêmicas, buscando que tais reflexões possam ser reproduzidas na prática e que contribuam, desta forma, com as discussões acerca da inclusão na área da Comunicação e uma maior divulgação de que existem diferentes formas de comunicação a serem reconhecidas e aceitas pela sociedade. O objetivo é mostrar como os profissionais da Comunicação Social podem se engajar, nos processos de comunicação, para potencializar a inclusão social das pessoas com deficiência. Para este estudo foi realizada um estudo teórico, como método de pesquisa, para apresentar as áreas da Comunicação Social e verificar como os recursos da comunicação alternativa são utilizados. Com base no estudo foi possível concluir que a acessibilidade comunicacional deve integrar as discussões no campo teórico da área da Comunicação e ampliar assim a reflexão sobre o tema apresentado. Logo, nas áreas do Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas foram trazidas sugestões e reflexões acerca da necessidade da utilização de recursos para a acessibilidade das pessoas com deficiência como parte do fazer destes profissionais.

Palavras-chave: Comunicação Social; Inclusão Social; Deficiências Sensoriais; Pessoas com Deficiência; Acessibilidade Comunicacional.

ABSTRACT

Human communication underpins for the relationship, the integration of people in society and the integrity of emotional and cognitive development. Resources of alternative communication are ways used by people with special needs to interact and integrate into society. Accordingly, this study proposes to put in tariff this matter, in face with the academic issues, and that such reflections may be reproduced in practice and that were contributing, in this way, with discussions about the inclusion in the area of communication and greater divulgation that there are different ways of communication to be recognized and accepted by society. The aim is to show how Social Communication professionals can engage, in communication processes, to potentiate the social inclusion of people with disabilities. For this study a literature review was conducted, as the research method, to present the areas of Social Communication and verify how the resources of alternative communication happen. Based on studies it was concluded that the communicational accessibility should integrate discussions in theoretical area of communication and thus broaden the debate on the topic presented. Therefore, in areas of Journalism, Advertising and Public Relations were brought suggestions and reflections about the necessity to use resources for accessibility for people with disabilities as part of the make of these professionals.

Keywords: Social Communication; Social Inclusion; Sensory Disabilities; Physical Disabilities; Accessibility Communicational.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
3. A COMUNICAÇÃO HUMANA E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	16
4. A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES E PARADIGMAS	23
4.1 O CENÁRIO BRASILEIRO.....	26
5. DEFICIÊNCIAS E OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO	29
5.1 DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E RECURSOS	32
5.2 DEFICIÊNCIA VISUAL E RECURSOS	37
5.3 DEFICIÊNCIA AUDITIVA E RECURSOS	41
5.4 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E RECURSOS	44
5.5 DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA E SURDOCEGUEIRA E RECURSOS.....	46
6. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	49
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

O processo comunicacional está presente no relacionamento dos homens desde registros históricos mais antigos. Todas as datas conhecidas sobre a evolução da comunicação são datas presumidas, sem muita exatidão, mas é importante afirmar que ela sempre existiu e acompanhou a evolução biológica do homem, e apesar de seu início incerto, teve um papel primordial ao longo da evolução do ser humano. Através dela o homem passou a ter vida social, estabelecendo relações socioculturais e buscando sua evolução na sociedade.

A comunicação humana serviu de base para o relacionamento e a integração no grupo, e o homem alcançou a integridade do desenvolvimento emocional e cognitivo, tornando o ato de comunicar uma atividade essencial para a vida do ser humano e da sociedade. É de importância vital na integração, instrução, troca mútua e desenvolvimento de qualquer indivíduo. O processo básico de comunicação consiste na transmissão de informação entre um emissor e um receptor, que decodifica e interpreta determinada mensagem através de gestos, sons, linguagem e outros indícios.

Quando a comunicação se realiza por meio da linguagem falada ou escrita, dizemos que existiu a comunicação verbal, mas outras formas de comunicação são encontradas, como aquela que se dá através de gestos, expressões faciais, imagens, sinais não linguísticos, entre outros. Em geral, o sujeito tem tanta consciência de que se comunica como de que respira ou anda que apenas percebe a sua essencial importância quando, por um acidente, doença ou deficiência, perde a capacidade de comunicar-se de forma funcional.

É através da comunicação que as pessoas compartilham experiências, ideias, sentimentos e conseguem influenciar a vida do outro, de forma mútua. Pensando nisso, e na importância dos processos comunicacionais em nossas vidas, que surgem os estudos voltados para as pessoas com deficiência e que possuem comprometimento no seu processo comunicativo, como as Tecnologias Assistivas (TA), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), entre outros, que auxiliam as pessoas que não possuem fala ou escrita funcional ou encontram-se em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade de falar ou escrever.

Apesar de haver um reconhecimento crescente na importância da acessibilidade notamos que este tema ainda está centrado principalmente em questões arquitetônicas, deixando de lado outros tipos de barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, como a comunicacional, que impede, em sua maioria, o acesso à plena comunicação interpessoal, escrita e também virtual e como consequência disso, os indivíduos são privados do acesso à informação e ao conhecimento.

Ainda há muito para se fazer na direção da conquista da acessibilidade na comunicação, pois garantir acessibilidade comunicacional está diretamente ligado ao direito a participação das pessoas com deficiência na vida pública do país. Foi pensando nisso que o presente estudo tem como objetivo mostrar *como profissionais da Comunicação Social podem se engajar, nos processos de comunicação, para potencializar a inclusão social das pessoas com deficiência.*

Tendo em vista a importância social deste tema, este trabalho propõe junto às pesquisas na área da Comunicação Alternativa, da Acessibilidade Comunicacional e das Tecnologias Assistivas colocar em pauta esse assunto frente às questões acadêmicas, idealizando que tais reflexões possam ser reproduzidas na prática, contribuindo com as discussões acerca da inclusão na área da Comunicação e uma maior divulgação de que existem diferentes formas de comunicação a serem reconhecidas e aceitas pela sociedade.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo está baseada no método de pesquisa bibliográfica, onde é apresentada toda literatura examinada, de forma a evidenciar o entendimento dos autores, acrescido das ideias e opiniões do aluno.

O capítulo teórico inicial destina-se a discorrer sobre a comunicação humana e sua contextualização histórica, apresentando aspectos conceituais sobre a comunicação mostrando como a linguagem está atrelada ao desenvolvimento da leitura e escrita, e também ao desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal. Neste capítulo, a palavra será abordada como instrumento primordial para inserir o homem moderno ao centro do palco, mostrando como toda evolução fez surgir a etimologia do termo e os elementos básicos da comunicação, motivando assim novas práticas e a invenção de novos meios de comunicação e como consequência os estudos na área e reflexões sobre o tema.

O tema das deficiências, e a sociedade enquanto um catalisador para o processo de inclusão social é compreendido a partir da análise dos fatos históricos. Por isso, o capítulo subsequente discorre sobre as deficiências, sua definição e história, assim como os direitos de cada indivíduo através da legislação e normas brasileiras e o respeito à acessibilidade comunicacional através delas, visto que a importância da língua e conseqüentemente da comunicação dessas pessoas com deficiência deve ser reconhecida e legitimada, pois são elas que usam e se apropriam deste tipo de linguagem. Na sequência, com a finalidade de entender a individualidade e características associadas a cada deficiência, exploraremos as principais deficiências sensoriais e físicas, suas limitações físicas e principalmente comunicacionais e apresentar os suportes criados para que essas pessoas possam buscar um engajamento nos processos de comunicação.

O estudo traz sugestões e reflexões sobre a atividade das três habilitações da Comunicação Social – Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas no sentido de que os profissionais envolvidos se apropriem e discutam o assunto, trazendo para a sua realidade e sua prática temas e questões de inclusão ligadas ao processo de comunicação de pessoas com deficiência.

Por fim, o último capítulo se propõe às considerações finais e ao fechamento do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de esclarecer o procedimento metodológico adotado para a elaboração deste estudo, o presente capítulo trata dos caminhos utilizados para atingirmos os objetivos inicialmente traçados.

A pesquisa bibliográfica, técnica utilizada na elaboração deste trabalho acadêmico, é o planejamento fundamental, segundo Stumpf (2009), de qualquer trabalho de pesquisa, onde é apresentada toda literatura examinada pelo aluno, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido das suas ideias e opiniões.

É um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. [...] é a etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos, quando seu produto recebe a denominação de Referencial Teórico, Revisão da Literatura ou similar. (STUMPF, 2009, p. 51).

A partir desta abordagem, a metodologia escolhida para este trabalho foi de pesquisa bibliográfica, visto que esta técnica se aproxima dos objetivos traçados para este estudo, assim como, visa à identificação de informações contidas nas obras estudadas sobre o assunto e pertinentes à análise em questão.

Assim, para Stumpf (2009), a revisão da literatura é uma atividade contínua e constante em todo o trabalho acadêmico e de pesquisa, iniciando com a formulação do problema e/ou objetivos do estudo até a análise dos resultados. É com ela que o pesquisador organiza uma sequência de ideias lógicas para formar um quadro de referencial teórico e conceitual para o estudo.

Para a autora, a pesquisa bibliográfica pode ser definida como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário.

Sendo assim, a revisão de literatura acompanha este trabalho acadêmico desde sua concepção até sua conclusão. Da identificação do problema e objetivos do estudo, passado por sua fundamentação teórica conceitual, pela escolha da metodologia e por fim, pela análise dos dados.

Ainda sobre o método, Macedo (1994, p.13) conceitua a pesquisa bibliográfica como:

Busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema da pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalho de congressos, teses, etc) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final).

Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e permite ao pesquisador uma cobertura mais ampla dos fenômenos. Deste modo, livros, periodicos e impressos diversos possibilitaram a reunião dos mais variados estudos realizados até então, facilitando o caminho para novas pesquisas e avanços a respeito dos assuntos abordados neste estudo.

O trabalho foi estruturado a partir da pesquisa bibliográfica, a qual deu subsídios para o aprofundamento na temática da Comunicação relacionada à deficiência e acessibilidade, com o intuito de responder ao questionamento proposto neste estudo: *Como profissionais da Comunicação Social podem se engajar, nos processos de comunicação, para potencializar a inclusão social das pessoas com deficiência.*

A realização desta pesquisa exigiu, inicialmente, a identificação dos materiais bibliográficos disponíveis em volumes impressos e artigos *online* e que estivessem de acordo com a proposta do estudo. Na etapa de leitura e fichamento do material, a dificuldade em encontrar relação do tema e sua importância social dentro do campo da comunicação, trouxe o anseio de problematizar a questão e a certeza da importância em abordar o temática.

Assim, para a teorização sobre o assunto, foi necessário sistematizar aspectos da Comunicação Humana e seu contexto histórico assim como apresentar as deficiências sensoriais e físicas, trazendo alguns recursos comunicacionais alternativos para as pessoas com deficiências, para que no capítulo subsequente se

buscasse a combinação dos conceitos das diferentes áreas, a análise dessas e a possível solução para o problema apresentado.

A mesclagem de conceitos comunicacionais com pesquisas realizadas na área da Comunicação Alternativa, da Acessibilidade Comunicacional e das Tecnologias Assitivas objetivou que as reflexões acerca da inclusão no processo comunicacional das pessoas com deficiência, podem ser reproduzidas na prática de forma a potencializar o processo comunicacional aumentando assim a inclusão social dessas pessoas.

3. A COMUNICAÇÃO HUMANA E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Segundo Berlo (1999) ao nascer somos criaturas totalmente indefesas e não temos o mínimo controle sobre nossas condutas, sobre o comportamento dos outros, sobre o ambiente físico em que nos encontramos. Logo depois de nascidos, desenvolvemos os pré-requisitos fisiológicos do autocontrole.

Movemos a cabeça, depois os braços e as pernas – à vontade. Formamos sons e aprendemos que alguns desses sons produzem em outros comportamentos que nos servem – somos alimentados, vestidos, aquecidos etc. Entre nove meses e um ano podemos mover todo o corpo (dentro de limites) à vontade. Podemos aproximar-nos de objetos desejáveis, evitar os indesejáveis. Começamos a influenciar, bem como a ser influenciados; a determinar nosso ambiente, bem como a ser por ele determinados. (BERLO, 1999, p. 11)

A partir do segundo ano começamos a dominar a linguagem. Para Berlo (1999), verificamos que certos sons e sequencias de sons atingem outras pessoas. Depois, por erro e imitação aprendemos a falar, a fazer perguntas, a fazer pedidos. Ao fim do sexto ou sétimo ano, aprendemos a ler, após iniciamos o processo de tomada de decisões, analisamos outras pessoas e a natureza do mundo material.

Toda essa experiência requer comunicação. Damos e recebemos ordens, fazemos pedidos, atendemos aos pedidos de outros. Aprendemos sobre os fatos, como as coisas são feitas, destruídas, modificadas. Quando amadurecemos, começamos a estudar os próprios sistemas de comunicação: as organizações sociais, as relações econômicas, os valores culturais, todos construídos pelo homem usando como instrumentos os comportamentos de comunicação. (BERLO, 1999, p.11).

E assim começamos a participar de organizações feitas pelo homem: família, a igreja, a escola, a comunidade. Segundo Berlo (2011), atuamos uns sobre os outros e a comunicação se torna a base desta ação recíproca, dessas relações entre o homem e o homem. Vemos então, conforme Maia (2013), que a linguagem se destaca como o mais importante processo, na medida em que constitui elemento crítico, não somente para a aquisição de outros sistemas simbólicos, como a leitura, a escrita e a matemática mas, também, para o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal.

Desde os primórdios da terra os homens se comunicam e a sua vida social passou a existir no momento em que as relações apareceram. Estas relações só foram possíveis, pois houve algum tipo de comunicação entre os indivíduos. Para Bordenave (1994), durante bastante tempo discutiu-se a origem da fala humana. Não sabemos como os homens primitivos começaram a se comunicar entre si, se por gritos ou grunhidos, como fazem os animais, ou se por gestos, ou combinações de gritos, grunhidos e gestos. Mas sabemos que o homem pensa e exprimindo o seu pensamento, fala. É o primeiro problema a considerar: o problema da linguagem e das línguas.

Alguns afirmavam que os primeiros sons usados para criar uma linguagem eram imitações dos sons da natureza: o cantar do pássaro, o latido do cachorro, a queda d'água, o trovão. Outros afirmavam que os sons humanos vinham das exclamações espontâneas como o "ai" da pessoa ferida, o "ah" de admiração, o "grrr" da fúria. Nada impede que se pense também que o homem primitivo usasse sons produzidos pelas mãos e pés, e não só pela boca. Poderia ainda ter produzido sons por meio de objetos, como pedras ou troncos ociosos. (BORDENAVE, 1994, p.24)

Independentemente do caso, o que podemos perceber é que os homens buscaram associar um determinado som ou gesto a um objeto ou ação. Segundo Bordenave (1994), desta forma nasceu o *signo*, isto é, qualquer coisa que faz referência a outra coisa ou ideia, e a *significação*, que consiste no uso social dos signos. Para ele, a atribuição de significados a determinados signos é precisamente a base da comunicação em geral e da linguagem em particular. Ele afirma que a comunicação teve início quando o homem começou a fixar os signos, isto é, qualquer coisa que faz referência à outra coisa ou ideia, utilizando primeiro o desenho e mais tarde a linguagem escrita.

Desenhos primitivos, pintados por homens da Era Paleolítica (entre 35000 e 15000 anos antes da era Cristã), foram achados em cavernas como as de Altamira, Espanha e Dordogne, França. Ali se observaram cenas de caça envolvendo animais e pessoas. Não se sabe se o propósito destas figuras era mágico ou simplesmente expressivo ou comunicativo. Os egípcios, cerca de 3000 anos antes de Cristo, representavam aspectos de sua cultura por meio de desenhos e gravuras colocados nas casas, edifícios e câmaras mortuárias. (BORDENAVE, 1994, p. 26)

Sabemos que a linguagem escrita através de desenhos evoluiu, transformando-se em *pictogramas*, signos que guardam correspondência direta entre a imagem gráfica (desenho) e o objeto representado. Bordenave (1994) afirma que com o passar do tempo, a necessidade de representar ideias surgiu, assim como a de representar as unidades de som (fonemas), servindo de base para o surgimento da escrita *fonética*, onde os signos representam o som, e em menores unidades de som, surgem o conceito de *letras* e na sequência os *alfabetos*.

Tudo isso sempre foi muito importante, no entanto, segundo França (2001), anos depois, quando a modernidade traz o homem ao centro do palco, ele se vê às voltas com seu instrumento primordial, que é a palavra.

Entre os gregos, a mais de dois mil anos, encontramos os sofistas exercitando o uso da palavra e ensinando a arte do discurso. Os filósofos, por sua vez, reivindicavam a discussão organizada de homens racionais; Platão realça a importância do discurso que busca a verdade, distinguindo-o da retórica; Aristóteles conceitua a retórica como a busca de todos os meios possíveis de persuasão; classifica e organiza suas técnicas. (FRANÇA, 2001, p. 52).

Toda essa evolução fez surgir a etimologia do termo comunicação, trazida por Martino (2001, p. 12), que diz: “a comunicação vem do latim *communicatio*, do qual distinguimos três elementos: uma raiz *munis*, que significa “estar encarregado de”, que acrescido do significado *co*, o qual expressa, reunião, temos a ideia de uma “atividade realizada conjuntamente”, completada pela terminação *tio*, que por sua vez reforça a ideia de atividade”.. Como o próprio sentido etimológico diz, a comunicação aparece como o produto de um encontro social, designa um processo bem delimitado no tempo.

No século XIX nasceram os sistemas técnicos básicos da comunicação, assim como a sua visão como um fator de integração das sociedades humanas [...]. França (2001) questiona qual é o objeto da comunicação e afirma tratar-se de algo que está à nossa frente, disponível aos nossos sentidos, materializado em objetos e práticas que podemos ver, ouvir e tocar.

A comunicação tem uma existência sensível: é do domínio do real, trata-se de um fato concreto de nosso cotidiano, dotada de uma presença quase exhaustiva na sociedade contemporânea. Ela está aí, nas bancas de revistas, na televisão da nossa casa, no rádio dos carros, nos outdoors da cidade, nas campanhas dos candidatos políticos e assim por diante. Se estendermos mais os exemplos, vamos incluir

nossas conversas cotidianas, as trocas simbólicas de toda ordem que povoam nosso dia-a-dia. (FRANÇA, 2001, p. 39)

O desenvolvimento de novas práticas e a invenção dos novos meios de comunicação motivaram os estudos e as reflexões sobre o tema. A comunicação foi se modulando conforme o desenvolvimento e as necessidades humanas, fazendo surgir, neste momento, as teorias e os estudos sobre a comunicação. Provocados pela chegada dos novos meios de comunicação e principalmente demandados por uma sociedade que necessitava usar melhor a comunicação para a consecução de seus projetos.

O conhecimento da comunicação surge marcado pelas questões colocadas pela urbanização crescente do mundo, pela fase de consolidação do capitalismo industrial e pela instalação da sociedade de consumo, pela expansão do imperialismo, pela divisão do globo entre capitalismo e comunismo. (FRANÇA, 2001, p. 52-53).

Assim, a perspectiva de um fenômeno natural, social, espontâneo e universal, a comunicação, é muito mais do que fatos históricos, pesquisas, meios de comunicação. Segundo Bordenave (1994) a comunicação confunde-se com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos. Somente percebemos a sua essencial importância quando, por um acidente ou uma doença, perdemos a capacidade de nos comunicar [...] a comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social. (BORDENAVE, 1994, p. 19).

Além de uma necessidade básica da pessoa humana, pressupõe a interação entre um transmissor e um receptor para que o processo de codificação e decodificação das mensagens, entre a fonte e o receptor, seja assertiva. Segundo Kunsch (2003), “comunicação é um ato de comunhão de ideias e o estabelecimento de um diálogo. Não é simplesmente uma transmissão de informações”. Tal afirmação assegura que a comunicação não é simplesmente um ato de informar, é necessário a troca de mensagens entre duas ou mais pessoas, mas para que isso ocorra é essencial que exista o conhecimento do código cultural – a língua. Segundo MIÈGE (2000, p. 24):

As primeiras definições de comunicação insistem todas, mais ou menos, nos mecanismos que favorecem o desenvolvimento das relações humanas e, em particular, nos fenômenos de simbolização, assim como nos mecanismos de transmissão de conteúdos. A comunicação é, ao mesmo tempo, um processo e o resultado desse processo.

Para Bock; Furtado; Teixeira, (1999), o homem converte o mundo externo em um mundo interno e desenvolve, de forma singular, sua individualidade. A linguagem é instrumento fundamental nesse processo e é também produzida social e historicamente, e dela o homem deve se apropriar e independentemente da individualidade de cada um, a comunicação não vai deixar de ser “[...] codificação (formação de um sistema de códigos) e decodificação (a forma de procurar entender a codificação) de mensagens.” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 178)

É significativo o estudo da comunicação quando o assunto versa sobre relacionamento interpessoal, sua influência na vida e comportamento do ser humano. É que a mesma passa a existir quando dois polos, um transmissor, um receptor e o meio se encontram e nenhum desses componentes, isoladamente, podem constituir a comunicação. Esta só se realiza quando existe codificação e decodificação de mensagens e conseqüentemente a interação e troca de informações entre o transmissor, o receptor e o meio que, conforme Berlo (1999), é o modelo mais comum e conhecido de comunicação: fonte – mensagem – canal – receptor.

Para Bordenave (1994) temos uma *realidade* na qual a comunicação se realiza. As pessoas não se comunicam num vazio, mas dentro de um ambiente, como parte de uma situação, de uma história. Em segundo lugar, há pessoas que desejam partilhar alguma coisa: conhecimento, emoções, informações. Segundo autor, são os chamados *interlocutores* (o que falam entre si). As coisas que desejam comunicar é o terceiro elemento da comunicação, que chamaremos de *mensagem*. O outro elemento vem a ser então a *forma* como a mensagem se apresenta: as palavras, os gestos, os olhares, os movimentos do corpo etc., e o *meio* apresenta-se como o quinto elemento da comunicação, através do que os interlocutores levam suas palavras, ideias e gestos às outras pessoas.

Existindo essa troca e interação, a comunicação serve para que as pessoas se relacionem entre si, não vivam em um ambiente fechado, mas sim aberto a novas possibilidades de relacionamentos. É através da comunicação, segundo Bordenave (1994), que as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos, influenciam mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas.

Nota-se que a comunicação não é constituída apenas de código verbal, também nos comunicamos através de expressões de rosto, gestos, movimentos, desenhos e sinais.

Segundo BERLO (2003),

A linguagem é apenas um dos códigos que usamos para exprimir as ideias. Birdwhistell e outros estudaram a comunicação por formas não-verbais: por expressões faciais, por movimentos das mãos e braços. Empregando câmaras infravermelhas e outros dispositivos como o “medidor de gestos”, os pesquisadores observaram os movimentos gerais do corpo de espectadores de cinema e televisão e apuraram que as plateias comunicavam seu interesse por esses movimentos corporais. [...] Os cenógrafos e os redatores publicitários usam a cor, o tamanho e a distância como sinais de comunicação. Podemos notar que tudo aquilo que as pessoas possam atribuir significações pode ser usado como comunicação. O comportamento comunicativo tem um campo de ação tremendamente amplo. (BERLO, 2003, p.1).

As pessoas podem comunicar-se por muitas razões, de diferentes maneiras e usando muito meios para isso, além disso, a própria natureza, encarregou-se, durante o curso da evolução de nossa espécie, de nos preparar para a comunicação.

Ela nos ofereceu os órgãos capazes de criar signos e também os órgãos que podem recebê-los e interpretá-los. A boca humana é capaz de produzir infinitas combinações de sons, e o ouvido pode captar e distinguir milhares dessas combinações. O rosto, os olhos e as mãos podem mover-se de mil maneiras para criar gestos expressivos. E os olhos podem captar esses movimentos, distingui-los e combiná-los. (BORDENAVE, 1994, p. 40).

Como versado sobre a origem da fala humana, é teórica e praticamente impossível, segundo Bordenave (1994), afirmar onde começa e onde termina o processo de comunicação, pois diversas razões, internas e externas, podem levar duas pessoas ou mais se comunicarem. É também notável a complexidade do campo comunicacional, ficando quase inviável discorrer sobre todas as definições atribuídas ao termo. Conforme Berlo (1999), o modelo mais comum e conhecido de comunicação: fonte – mensagem – canal – receptor permite a troca de mensagens entre o transmissor e o receptor. Berlo corrobora com a Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver, onde toda a comunicação segue o fluxo: fonte > Transmissor > Canal > Receptor. Esse modelo atende quando tínhamos definições lineares para tudo, inclusive para a comunicação, porém, enumerar as fases de uma

comunicação, de forma linear e ordenada, é muito difícil, pois a comunicação é um processo multifacetado que ocorre ao mesmo tempo e em vários níveis do nosso consciente, inconsciente e subconsciente.

4. A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES E PARADIGMAS

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Para falar sobre elas precisamos entender o que as define como tal e compreender que os estudos sobre as pessoas com deficiência e seus direitos não estão dissociados dos fatos históricos.

Segundo Bartalotti (2006) pensar na concepção de deficiência implica em pensar na história. Através dos tempos as pessoas com deficiência têm sido vistas de diferentes maneiras, o que obviamente levava a diferentes formas de tratá-las. Na história primitiva não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Para Gugel (2007) a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos era impossível, visto que o ambiente era muito desfavorável e na maioria das vezes essas pessoas representavam um fardo para o grupo.

No Egito Antigo, segundo o mesmo autor, evidências arqueológicas concluem que há mais de cinco mil anos a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos).

A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C, ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (GUGEL, 2007)

Na Grécia Antiga, a eliminação dos recém-nascidos era por abandono ou, ainda, atirados da montanha Taygetos (abismo de mais de 2.400 metros de altitude). Já em Esparta, os gregos se dedicavam à arte da guerra, preocupavam-se com as fronteiras de seus territórios e estavam sempre expostos às invasões bárbaras, principalmente do Império Persa, por esse motivo e pelos costumes espartanos de guerra, os nascidos com deficiência eram eliminados. (GUGEL, 2007)

Na Roma Antiga não era diferente, para Frizanco e Honora (2008), os hebreus viam, na deficiência física ou sensorial, uma espécie de punição divina, e impediam qualquer pessoa com deficiência de ter acesso a serviços religiosos. A Lei das XII Tábuas (constituía uma antiga legislação que está na origem do direito romano) autorizava os patriarcas a matar os filhos considerados defeituosos.

O cenário começou a mudar a partir do povo hindu, que, conforme Frizanco e Honora (2008), sempre consideraram os cegos pessoas de sensibilidade interior aguçada e estimulavam o ingresso de pessoas com deficiência visual nas funções religiosas. Outro povo que de certa forma protegia os sujeitos com deficiência eram os atenienses, por influência de Aristóteles, os protegiam concedendo-lhes a possibilidade de exercer uma atividade produtiva.

Notamos que a relação com as pessoas com deficiência começa a se modificar a partir do fortalecimento do Cristianismo. O povo romano começou a buscar assistencialismo e a sua readaptação à uma atividade produtiva que lhes fosse apropriada.

[...] no final da Idade Média, com o fortalecimento do Cristianismo, é difundida a ideia de que todos são filhos de Deus; essa concepção impede a eliminação pura e simples das pessoas com deficiência [...] tem-se, então, a notícia dos primeiros espaços assistencialistas [...] não se pode falar ainda em tratamento, tratava-se, simplesmente, de abrigo. (BARTALOTTI, 2006, p. 41).

Para Frizanco e Honora (2008) é no Renascimento que a visão assistencialista cedeu lugar, definitivamente, à postura profissionalizante e integrativa das pessoas com deficiência.

Como o florescimento das artes e da busca pelo conhecimento, surge a preocupação com o indivíduo e com as explicações científicas para os males que o afligem – tem-se o início do período das chamadas concepções científicas sobre a deficiência. Não era mais nos deuses que estava sua explicação, mas sim no corpo da pessoa; não eram mais possessos, mas sim doentes. São elaborados os primeiros tratados que tentam localizar no corpo do homem a razão dos seus males – da possessão à doença, observa-se a mudança do lugar da deficiência. (BARTALOTTI, 2006, p. 42).

Bartalotti (2006) afirma que a partir do século XVIII e com maior ênfase no século XIX, assiste-se à evolução da medicina, dos conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento do ser humano e sobre os males que podem provocar alterações nesse desenvolvimento. As pessoas com deficiência, antes vistas como

doentes, passam a ter direito a tratamento, levando ao crescimento de técnicas, das invenções e ao surgimento das instituições especializadas no tratamento dessa parcela da população. Como afirma Frizanco e Honora (2008), vários inventos se forjaram com o intuito de propiciar meios de trabalho e locomoção para as pessoas com deficiência, como cadeiras de rodas, bengalas, bastões, muletas, coletes, próteses, macas etc.

Nesta mesma época, o Código Braille foi criado por Louis Braille e propiciou a integração das pessoas com deficiência visual no mundo da linguagem escrita. Conforme Frizanco e Honora (2008), a partir da Revolução Industrial, também no século XVIII, em função dos acidentes de trabalho, que geraram diversas mutilações e doenças profissionais, foi necessária a criação do Direito do Trabalho e um sistema de Seguridade Social, com atividades assistencialistas, previdenciárias e de atendimento à saúde, bem como reabilitação dos acidentados.

O século XX amplia a busca da classificação das deficiências, do diagnóstico e da ampliação de tratamentos especializados, segundo Bartalotti (2006), as deficiências deixam de ser vistas como doenças e passam a ser vistas como uma condição.

Conclui-se que embora não se possa negar as causas orgânicas, muitas das alterações observadas nas pessoas com deficiência decorrem da influência de fatores psicossociais. A partir daí, a deficiência começa a deixar de ser vista como uma doença e passa a ser vista como uma condição. Portanto não bastam mais intervenções do campo da saúde para promover seu desenvolvimento, são necessárias medidas sociais, educacionais, políticas públicas, para que se possa falar em real promoção do desenvolvimento. (BATALOTTI, 2006, p. 41).

Assim, ainda segundo o autor, foi na década de noventa que o movimento para inclusão de pessoas com deficiência ficou mais conhecido. A primeira diretriz política dessa nova visão aparece em 1948 com a Declaração Universal dos direitos Humanos (NOGUEIRA, 2008). Nos anos 60, pais e parentes de pessoas com deficiência organizam-se e, como consequência, surgem as primeiras críticas à segregação. Após este período, também teóricos defendem a normalização, ou seja, a adequação do indivíduo com deficiência a sociedade para permitir sua integração.

Verificamos como a história investiga o que os homens fizeram, pensaram e sentiram enquanto seres sociais, qual sua relação com as questões sobre

deficiência e como isso implica na nossa compreensão sobre os acontecimentos do nosso tempo.

4.1 O CENÁRIO BRASILEIRO

Embora muitos sejam os vieses que possam contextualizar o cenário brasileiro, provavelmente a educação é a promotora de uma alavancagem nas mudanças de agir e pensar de uma sociedade. Neste sentido, a Educação Especial, como uma preocupação em relação à pessoa com deficiência, aparece pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024, em 1961 e aponta que a educação dos *excepcionais* deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação (NOGUEIRA, 2008).

A criação do termo “pessoas deficientes”, o seu conceito e algumas mudanças efetivamente mais significativas, tiveram origens na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes¹, em dezembro de 1975, cuja resolução prevê uma igualdade de direito, ou seja,

[...] as pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível”,(BRASIL, 1975)

Em 1978, pela primeira vez, segundo Nogueira (2008), uma Emenda Constitucional Brasileira nº 12, trata do direito da pessoa com deficiência. A Emenda cita em seu artigo único que é assegurado as pessoas com deficiência a melhoria de sua condição social e econômica. Dez anos depois, a nova Constituição, promulgada em 1988, garante atendimento aos “portadores de deficiência”, preferencialmente na rede regular de ensino.

Frizanco e Horona (2008) revelam que no ano seguinte inicia-se uma busca pelos direitos das pessoas com deficiência, através da criação da Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas “portadoras de deficiência”, busca a integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), além disso, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação

¹ Texto completo disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf

do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Nos anos seguintes outras leis e emendas foram criadas visando a equidade da pessoa com deficiência, e os direitos à informação à cultura e ao lazer também se tornaram garantia, como na lei 10.098, de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No cenário geral das deficiências, diversas leis foram criadas e estão em vigor com a finalidade de garantir direitos individuais fundamentais, como a liberdade e igualdade das pessoas com deficiência e no campo da comunicação o contexto é semelhante. Mesmo avançando na implantação de leis, segundo Carletto (2012) hoje, o Brasil está em uma das últimas colocações quando tratamos do cumprimento das leis e das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência. Nesta largada, saímos com um atraso considerável se nos compararmos com países como o Japão, Suécia ou os Estados Unidos. Mesmo assim, é oportuno estudarmos o que está sendo feito legalmente em nosso país, principalmente com relação à comunicação para pessoas com deficiência, tema deste estudo.

A lei nº 9.045, de maio de 1995, autoriza o Ministério da Educação e Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braille, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos, porém, a lei está revogada e em sua mensagem de veto², a União e não as editoras destinará, em seus orçamentos, recursos específicos para publicações, através do Sistema Braille, de obras didáticas, científicas, literárias e outros materiais em relevo, utilizados na leitura de pessoas cegas. Em 2001, a Lei Federal nº 10.216 foi criada para dar proteção e dispor sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e seu capítulo VI versa sobre o acesso livre aos meios de comunicação disponíveis. No ano seguinte foi criada a Lei Federal nº 10.436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão que possui um sistema linguístico de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria.

Percebemos uma crescente preocupação, mesmo que tardia, de leis destinadas à acessibilidade comunicacional. No ano de 2004 foi criado o decreto

² Texto completo disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/VEP-LEI-9045-1995.pdf>

5.296, regulamentador da lei de acessibilidade nº 10.098, que determina a implantação de três sistemas para amplo acesso das pessoas com deficiência aos produtos audiovisuais: o *closed caption* (legenda), a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a audiodescrição (tradução falada da imagem), que visam tornar efetivo o direito constitucional de acesso à informação, não só a pessoas com deficiência visual, mas também a pessoas surdas ou com outro tipo de deficiência, como as pessoas com deficiência intelectual.

Estas leis almejam direitos individuais fundamentais, como liberdade e igualdade, porém, a inclusão de pessoas com deficiências não será garantida apenas por meio delas, já que muitas são implantadas de modo lento e parcial. O que realmente garante a inclusão é a conscientização da sociedade, que se torna um catalisador para o processo da inclusão social. Buscando entender as deficiências, exploraremos adiante, as principais deficiências sensoriais e físicas.

5. DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS E FÍSICAS E OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

O termo deficiência é usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica da pessoa e as suas causas são diversas, sendo que algumas pessoas já nascem com alguma deficiência, há outras em que a deficiência é motivada por alterações físicas e biológicas que podem surgir ao longo dos anos, ou ainda, podem ser decorrentes de doenças ou causadas por acidentes.

Segundo Sasaki (1997), as deficiências podem resultar de condições atípicas e com frequência, agravadas por, ou resultantes de, situações sociais marginalizantes ou excludentes como, por exemplo: trabalho infantil, prostituição e privação cultural, assim como “pobreza, desnutrição, saneamento precário e abuso persistente e severo” contra crianças, e “falta de estímulo do ambiente e de escolaridade”. (UNICEF, 1995 *apud*, SASSAKI, 1997)

Segundo o Decreto nº 3.298/99, considera-se:

I – deficiência toda a perda ou anormalidade (aquilo que está fora da norma, exceção à regra, irregularidade) de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desenvolvimento da atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999).

O Código das Necessidades Educacionais Específicas (DfES, 2001a) apresenta uma descrição básica de “necessidades sensoriais e/ou físicas”. Ele afirma:

Existe um amplo espectro de dificuldades sensoriais, multissensoriais e físicas. A variação sensorial vai de uma profunda e permanente surdez ou um comprometimento visual até níveis menores de perda, que podem ser apenas temporárias. As deficiências físicas podem decorrer de causas físicas, neurológicas e metabólicas. Algumas requerem somente um acesso apropriado às oportunidades e equipamentos educacionais; outras podem levar a necessidades sociais e de aprendizagem mais complexas. (DfES,2001^a, Capítulo 7, seção 62 *apud* FARREL, 2008, p. 11)

Segundo o Censo 2010³⁴, no Brasil existem 45.606.048 brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população seguidas da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. No entanto, o ponto central das políticas públicas e deste trabalho é o segmento das pessoas que apresentam deficiência severa, sendo o foco, neste estudo, em pessoas que, em virtude de sua deficiência, apresentam dificuldades na comunicação. A proporção de pessoas que apresentaram deficiências severas é menor, com 8,3% da população brasileira com pelo menos um tipo. Dessas, 3,46% com deficiência visual severa, 2,33% com deficiência motora severa, 1,4% com deficiência mental ou intelectual e 1,12% com deficiência auditiva severa.

Mesmo considerando o segmento das pessoas que apresentam deficiência severa, em uma população como o Brasil, o número total de pessoas com deficiência torna-se bastante relevante. Considerando que a questão fundamental que permeia este estudo são os processos de comunicação para pessoas com deficiência, questionamos o porquê de os profissionais de comunicação social não se apropriarem dos estudos e discussões sobre o assunto, trazendo para a sua realidade e prática as questões da inclusão ligadas ao processo de comunicação de pessoas com deficiência, visto que este assunto já é tratado por professores, pesquisadores e profissionais de diversos setores, como Educação, Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia, Informática, Fisioterapia, entre outros.

Mesmo não podendo certificar com exatidão o número de pessoas com deficiência, podemos ter certeza, frente a esses dados, de que representam um número significativo da população do nosso país tornando-se um público potencial para que os comunicadores se preocupem e reflitam sobre o processo de comunicação também para as pessoas com deficiências e, que possam perceber como a inclusão pode ser otimizada, pois há um sujeito no processo comunicacional,

³ Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/>

⁴ Cabe ressaltar que, embora o Censo Demográfico seja a única fonte de dados populacionais creíveis no Brasil, a coleta de informações realizada pelo Instituto são autodeclaratórias, ou seja, fica a cargo do declarante a despeito de qualquer juízo do recenseador. Cria-se assim um distanciamento entre a realidade da pessoa com deficiência apresentada pela pesquisa do IBGE e das normas que estabelecem critérios para que uma pessoa possa ser considerada com deficiência para fins de direitos ou enquadramento no trabalho, educação e saúde (PEREIRA, 2011).

mesmo que organicamente barrado pela oralidade, ou outra deficiência, uma vez que “há linguagem e um corpo investido – corpo falado/significado e significante” (DUDAS, 2013, p. 90).

Delatar os comunicadores por não se preocuparem com o tema relacionado à deficiência é inadequado, visto que existe um longo processo de reconhecimento pela sociedade dos direitos das pessoas com deficiência e a perspectiva da deficiência pode, muitas vezes, ser explicada por concepções históricas onde, através dos tempos, estes sujeitos têm sido vistos de diferentes maneiras e tem recebido diferentes formas de tratamento.

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituição, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (SASSAKI, 1997, p.16)

O que podemos buscar é apresentar um entendimento maior sobre os fatos ocorridos em nossa sociedade e buscar soluções para que a questão se torne um elo de inclusão em nossa sociedade.

No século em que vivemos é notável o amadurecimento no trato de pessoas com deficiência, porém, observa-se que ainda prevalece a exclusão dos “diferentes”, tanto em sua dimensão social, quanto política, econômica, cultural ou comunicacional. Conforme Sasaki (1997), ainda hoje vemos a exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a diversos grupos sociais vulneráveis. Nesse contexto de vulnerabilidade, estão as pessoas com deficiência, sujeitos à margem da sociedade e vetados dos seus direitos e possibilidades de escolhas e análises.

Quando pensamos na comunicação das pessoas com deficiência percebemos que essas, por nem sempre se expressarem na língua majoritária – a língua portuguesa oral são, muitas vezes, excluídas do convívio social. A importância da língua e conseqüentemente da comunicação dessas pessoas com deficiência deve ser reconhecida e legitimada, pois são elas que usam e se apropriam deste tipo de linguagem. É como o *modelo social da deficiência* trazido por Sasaki (1997) que afirma que a sociedade, para incluir todas as pessoas, precisa ser modificada a partir do entendimento de que é ela precisa ser capaz de

atender às necessidades de seus membros e não ao contrário. Sasaki (1997, p. 45) afirma também que:

Cabe à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informação e bens necessários ao desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Trazendo essa argumentação do autor para o campo da comunicação, nos questionamos sobre o que os comunicadores sociais, enquanto cidadãos inseridos em uma sociedade estão realizando para que a inclusão na comunicação de pessoas com deficiência seja potencializada e como os comunicadores têm olhado para as diferenças. De fato,

nem todas as pessoas com deficiência necessitam que a sociedade seja modificada, pois algumas estão aptas a se integrarem nela assim mesmo, porém outras pessoas com necessidades especiais não poderão participar plena e igualmente da sociedade se esta não se tornar inclusiva (SASSAKI, 1997, p. 41).

Porém, uma grande parte das pessoas com deficiência necessitam que a sociedade seja modificada para que exista integração com o meio. Considerando isso, o presente estudo busca colocar em pauta esse assunto frente às questões acadêmicas, contribuindo com as discussões acerca da inclusão social na área da Comunicação e a divulgação de que existem diferentes formas de comunicação para as pessoas com deficiência que podem ser utilizadas e aplicadas em nosso cotidiano como forma de garantir uma comunicação eficiente. Porém, devemos ter em mente que nenhuma pessoa com deficiência é igual à outra e assim também são as deficiências: pensar na concepção de deficiência que temos hoje em nossa sociedade implica em pensarmos em cada uma delas, com suas características, origens e diagnósticos comunicacionais.

5.1 DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E RECURSOS

No Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, considera-se deficiência física:

A alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. São elas: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, ostomia, amputação ou ausência de membro,

paralisia cerebral, nanismo, e membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

Para entendermos os termos citados acima, precisamos ter conhecimento da diferença entre eles. Segundo Frizanco e Honora (2008), “plegia” é a ausência total dos movimentos e “paresia” é a ausência parcial de movimentos. O termo “hemi” significa ter uma lesão em meio lado do corpo e “para” significa ter uma lesão abaixo da cintura.

Segundo Carletto (2012), as causas da deficiência física são diversas e podem estar ligadas a problemas genéticos, complicações na gestação ou gravidez, doenças infantis ou acidentes.

A deficiência física engloba vários tipos de limitações motora. São elas: Paraplegia: paralisia total ou parcial dos membros inferiores, comprometendo a função das pernas, tronco e outras funções fisiológicas. Tetraplegia: paralisia total ou parcial do corpo, comprometendo a função dos braços e das pernas. O grau de imobilidade dos membros superiores depende da altura da lesão. Hemiplegia: paralisia total ou parcial das funções de uma lado do corpo como consequência de lesões cerebrais. Paralisia cerebral: termo amplo para designar um grupo de limitações psicomotoras resultantes de uma lesão no sistema central. Geralmente, pessoas com paralisia cerebral possuem movimentos involuntários e espasmos musculares repentinos – chamados espasticidades. Esses espasmos também são verificados mas outras deficiências, mas com menos intensidade. Amputação: perda total ou parcial de um ou mais membros do corpo. (CARLETTO, 2012, p. 19).

Segundo o Instituto Novo Ser⁵, a Lesão Medular pode ser classificada de acordo com o comprometimento sensório-motor que a pessoa apresenta. Quando a medula sofre uma lesão, pode ser parcialmente ou totalmente atingida e, dessa forma, determina-se o seu grau de comprometimento. Vale ressaltar que a lesão medular não compromete necessariamente a parte intelectual: raciocínio, memória, compreensão. Caso o cérebro seja afetado, podem-se observar alterações na parte intelectual, além de comprometimentos na face (língua, boca, olhos etc), dependendo da gravidade da lesão cerebral.

O Instituto Novo Ser afirma ainda que a tetraplegia ou quadriplegia indica que existe comprometimento parcial ou total sensório-motor nos quatro membros, podendo comprometer também a respiração. A tetraplegia ainda pode ser classificada como completa, quando há comprometimento total dos quatro membros

⁵ Disponível em < <http://www.novoser.org.br>>.

e/ou da respiração com secção total da medula, isto é, a comunicação entre o cérebro e as outras partes do corpo fica interrompida abaixo do nível da lesão. Na tetraplegia incompleta a medula espinhal é parcialmente lesionada, preservando-se algumas sensações e movimentos.

Na paraplegia, existe comprometimento parcial ou total sensório-motor somente nos membros inferiores, sendo que as funções dos membros superiores estão preservadas, ela também pode ser considerada completa ou incompleta. É completa quando os membros superiores têm suas funções preservadas, mas os membros inferiores não apresentam qualquer movimento e não há função ou sensação muscular na área sacral inferior, na paraplegia incompleta os membros inferiores apresentam alguns movimentos, mas sem força suficiente que permita que a pessoa ande.

As pessoas com paralisia cerebral apresentam limitações físicas e motoras, e, como uma incapacidade física não traz consequências intelectuais. Carletto (2012) afirma que devido a alguma lesão, o cérebro envia informações em desordem para a realização de movimentos físicos. A pessoa com paralisia cerebral pode apresentar expressões estranhas no rosto, dificuldades na fala, gestos involuntários e dificuldade de locomoção, porém, elas mantêm a inteligência intacta.

Conforme citado no Decreto Federal nº 5.296/04 (BRASIL, 2004) a paralisia cerebral é considerada uma deficiência física e precisamos entender que o termo é utilizado, conforme Frizanco e Honora (2008), para definir um conjunto de distúrbios motores decorrentes de uma lesão no cérebro durante os primeiros estágios de desenvolvimento e apresenta diferentes níveis de comprometimento, de acordo com a área de lesão.

A maioria das crianças com paralisia cerebral, conforme Frizanco e Honora (2008) parecem normais nos primeiros meses de vida, mas, à medida que o sistema nervoso se desenvolve, os distúrbios motores vão tornando-se cada vez mais perceptíveis. Algumas apresentam espasticidade, ou seja, o aumento do tônus muscular no momento da contração causa uma condição neurológica anormal, e outras pessoas apresentam dificuldades motoras. Porém, na maioria delas o nível intelectual e cognitivo é alto, mesmo não havendo, muitas vezes, a possibilidade de uma comunicação considerada normal.

A lesão é estática, não muda e não se agrava, ou seja, o quadro não é progressivo. Entretanto, no que se refere aos movimentos, a postura corporal e os problemas a eles relacionados podem melhorar ou piorar, dependendo da forma como cuidamos da criança e também da extensão da lesão no cérebro. [...] A paralisia cerebral é relativamente comum em todo o mundo, com uma incidência estimada em 1,5 a cada 1.000 partos. Entre os bebês sobreviventes que pesam menos de 2,5 quilogramas no nascimento, a incidência é muito mais alta: aproximadamente 10 a cada 1.000. (FRIZANCO; HONORA, 2008, p. 90).

Temos que lembrar que além das deficiências físicas, algumas pessoas têm mobilidade reduzida - como idosos, obesos e anões, e por isso se encaixam no grupo que precisa utilizar algum tipo de adaptação para aumentar sua qualidade de vida. Como exemplifica Carletto (2012), um idoso não é uma pessoa com deficiência, mas tem dificuldades em se locomover por locais que tenham escadas, desníveis e outros impedimentos para a livre circulação nos ambientes, assim como os anões, que têm sérias dificuldades de locomoção em cidades que são planejadas para pessoas com média e alta estatura.

Percebe-se então que na incapacidade física alguns indivíduos possuem, além das dificuldades de locomoção, das barreiras arquitetônicas e da falta de acessibilidade, também dificuldade na comunicação, como percebemos nas pessoas com paralisia cerebral, que apresentam, além das limitações físicas, dificuldades na linguagem.

No contexto da deficiência física existe a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física (BRASIL, 2004). Pessoas com deficiências físicas apresentam vários tipos de limitações motoras, porém, neste estudo nos detemos na comunicação voltada para pessoas com paralisia cerebral ou outras deficiências desta ordem, visto que mesmo não havendo, na maioria das vezes prejuízo ao intelecto, são as que apresentam maiores dificuldades de uma comunicação considerada *normal*. Isso ocorre porque existem, segundo Carletto (2012), limitações psicomotoras resultantes de uma lesão no sistema central e que, muitas vezes, afeta a fala.

Para que a comunicação seja ampliada, a pessoa com paralisia cerebral utiliza elementos da Tecnologia Assistiva (TA)⁶ que busca, segundo Bersch (2008),

⁶ O CAT (Comitê de Ajudas Técnicas) aprovou, em 14 de dezembro de 2007, o seguinte conceito: "Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba

contribuir para ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. Os recursos de Tecnologia Assistiva são organizados e classificados⁷ de acordo com objetivos funcionais a que se destinam e aqui apresentamos os que possuem como objetivo principal atender a estes sujeitos sem fala ou escrita funcional.

Percebemos que a Tecnologia Assistiva também é utilizada pelos indivíduos que possuem deficiência intelectual, porque, segundo Frizanco e Honora (2008), as limitações dessas pessoas, normalmente, se estendem para o processo comunicativo.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é um recurso das Tecnologias Assistivas (TA) e visa, segundo Bersch (2008), atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever, como as pessoas com paralisia cerebral ou deficiência intelectual. A Comunicação Alternativa, objetiva “suplementar, complementar, aumentar ou dar alternativas para efetivar a comunicação de pessoas com déficits neste processo” (PASSERINO, *apud* PASSERINO; SOUZA, 2013, p.101).

Os sistemas de Comunicação Alternativa suplementam funções deficitárias sensório-motoras, cognitivas, funcionando como próteses para a comunicação interpessoal e intrapessoal. A comunicação alternativa se refere à toda comunicação que suplementa ou “aumenta” a fala (BRASIL, 1985, *apud* FARHAT, 2013, p. 33).

Na CA os recursos como pranchas de comunicação com simbologia gráfica, letras ou palavras escritas são construídas para que o usuário deste recurso as utilize com o objetivo principal de expressar seus desejos, necessidades, sentimentos e entendimentos, fazer perguntas e respondê-las. Podem, ainda, interagir socialmente, participando e intervindo nas ações do grupo, de forma autônoma e superando a simples presença ou “participação” passiva (FARHAT, 2013).

produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.” (CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII)

⁷ Várias classificações de TA foram desenvolvidas para finalidades distintas e citamos a ISSO 9999/2002 como uma importante classificação internacional de recursos, aplicada em vários países. Iso 9999 pode ser pesquisada em: < <http://atiid.incubadora.fapesp.br/portal/taat/normas-relacionadas-a-taat/CopiaGlossario-ClassificacaoIntlAT-ISO9999-2002.xls/viewhttp://www.inr.pt/content/1/2/lista-homologada>> ou <http://www.lerparaver.com/node/492>

Percebemos então a importância desses sistemas de comunicação não-voicais que permitem a expressão através de símbolos distintos à palavra articulada diretamente através do aparato fonoarticulatório de quem se comunica. (SILVERMAN, 1980, *apud* FARHAT, 2013).

No Brasil são usados três diferentes sistemas de comunicação não orais ou para Bersch (2008), a simbologia gráfica: o “Bliss System Communication” (BLISS, 1965, *apud* FARHAT, 2013), o “Pictogram Ideogram Communication System” PIC (MAHARAY, 1980 *apud* FARHAT, 2013) e o “Picture Communication Symbols” PCS (JOHNSON, 1981 *apud* FARHAT, 2013).

O sistema BLISS é composto por símbolos feitos de formas geométricas, que podem representar conceitos simples ou complexos, por exemplo: caixa + olhar + ouvir + eletricidade = televisão. Apresenta uma vasta possibilidade de combinações, porém a sua aprendizagem é mais lenta e exige maior desempenho cognitivo.

O PIC é um sistema de sinais em branco sobre fundo negro. Estão organizados nas pranchas de comunicação obedecendo a uma organização semântica. Os desenhos parecem com do ambiente comunitário e é indicado para pessoas que apresentem dificuldades de visão, visto que o branco no preto cria um maior contraste. Apresenta limitações no facto de ainda ter um leque reduzido de símbolos.

Já o sistema PCS é um sistema gráfico-visual composto por símbolos pictográficos, ou seja, relacionados ao desenho das figuras que representam, sendo por isso mais apropriado para casos em que é esperado um nível simples de linguagem expressiva, vocabulário limitado e estruturas de frases curtas. Podem ser utilizados juntamente com fotos, desenhos próprios, figuras de revistas, etc. A prancha é adequada ao usuário de acordo com a sua personalidade.

Outros elementos que garantem grande eficiência à função comunicativa são, para Bersch (2008), são os vocalizadores (pranchas com produção de voz) e os computadores com softwares específicos para deficientes sem fala funcional.

5.2 DEFICIÊNCIA VISUAL E RECURSOS

Como sabemos a função do sistema visual é converter energia luminosa em atividade neural que tenha significado para nós. Para Frizanco e Honora (2008), o cérebro humano é muito mais usado para a visão do que para qualquer outro

sentido. É através da visão que adquirimos mais da metade dos conhecimentos a respeito do mundo que nos cerca.

A estimativa, no Brasil, é que, entre os 1,7 milhões de pessoas que apresentam uma deficiência visual, 20% apresentam cegueira e 80%, baixa visão. Ou seja, calcula-se que, a cada 3 mil crianças, uma é cega e que, a cada 500 crianças, uma tem baixa visão.

As causas da deficiência visual variam de acordo com o grau de desenvolvimento de um país, a situação econômica da população e as implicações no atendimento básico de saúde, as campanhas de vacinação, o saneamento básico, entre outros. Nos países mais desenvolvidos, a deficiência visual é causada por diabetes, degenerações musculares, tumores, traumatismos. Nos países menos desenvolvidos, a deficiência visual é causada por toxoplasmose, rubéola congênita (contraída durante a gravidez), catarata, tracoma, retinites, infecções, tumores, diabetes, traumatismos provocados por acidentes domésticos, entre outros. (FRIZANDO; HONORA, 2008, p. 127).

Segundo Carletto (2012) há muitos tipos de deficiência visual.

Algumas pessoas veem apenas o que está diretamente na sua frente e nada do que está ao lado – o que chamamos de visão tubular; outras enxergam os objetos como um quebra-cabeças em que faltasse uma ou duas peças. Ainda há pessoas que têm baixa visão, ou seja, enxergam muito pouco, mas ainda assim são capazes de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa. E, claro, tem aquelas que não veem absolutamente nada. (CARLETTO, 2012, p. 27).

As pessoas com deficiência visual, ou seja, pessoas que têm baixa visão ou cegueira também precisam de auxílio para usufruir de alguns recursos que a sociedade oferece, pois elas sofrem, além das dificuldades arquitetônicas, com as restrições comunicativas ou o acesso à informação. Para Bruno (2006), vários estudos revelam que a deficiência visual, por si só, não acarreta dificuldades cognitivas, emocionais e de adaptação social. Percebemos que são as formas de interação, comunicação e significados socialmente construídos que são determinantes para o processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social das pessoas com deficiência visual.

Faz parte do apoio às pessoas cegas, por exemplo, o Sistema Braille para leitura e escrita. Além disso, segundo Carletto (2012) outros meios como o Sorobã, que é uma caixa que ajuda na execução de cálculos matemáticos, a bengala ou o cão-guia para sua locomoção e mobilidade, softwares específicos de computadores, além de outras tecnologias com comandos de voz encontrados em elevadores,

telefones, relógios e outros, são exemplos de auxílios que ajudam o deficiente visual.

Mesmo possuindo diversos recursos de apoio às pessoas cegas as restrições para deficientes visuais abrangem a arquitetura dos ambientes, as barreiras audiovisuais e principalmente as barreiras que os restringem ao direito à informação, à cultura e ao lazer.

A comunicação das pessoas com deficiência visual é realizada através do sistema Braille, código universal de leitura tátil e de escrita, inventado por Louis Braille e segundo Frizanco e Honora (2008, p. 136)

O sistema Braille consiste na utilização de seis pontos em relevo, explorados pelo tato, dispostos em duas colunas, e possibilita a formação de 63 símbolos diferentes, que são empregados em textos literários, na simbologia matemática e científica, na música e na informática.

Esse sistema possibilita a comunicação de pessoas com deficiência visual e o mais importante, segundo Frizanco e Honora (2008) proporciona a independência intelectual e conseqüentemente o desenvolvimento da confiança, a valorização das próprias capacidades, a autonomia e o desenvolvimento pessoal e global.

Para Farrell (2008), uma maneira de ficar mais independente é desenvolver a capacidade e as habilidades de acessar informações de modo eficiente. Cita como exemplo o indexador sonoro em registros gravados em áudio e o sistema Braille. Farrell afirma que para as pessoas com deficiência visual, a escuta é um elemento indispensável ao indivíduo. Escutar conteúdos do currículo em equipamentos como leitor eletrônico, programas de computador com fala sintetizada e livros falados transmitem informações não-visuais importantes. Além disso,

um aspecto importante é o aluno aprender a olhar para a pessoa com quem está falando. Isso faz com que a interpretação do tom da outra pessoa, o ritmo da fala, as pausas e outras características e aspectos verbais se tornem indícios importantes no sincronismo dos intercâmbios e nas trocas conversacionais. (FARRELL, 2008, p. 34)

Para Bersch (2008), diversos auxílios foram desenvolvidos para cegos ou para pessoas com visão subnormal e as que auxiliam no processo comunicativo são os equipamentos que ajudam, por exemplo, identificar chamadas telefônicas, escrever, ter mobilidade independente etc. Inclui também auxílios ópticos, lentes, lupas e telelupas; os softwares leitores de tela, leitores de texto, ampliadores de tela;

os hardwares como as impressoras braile, lupas eletrônicas, linha braile (dispositivo de saída do computador com agulhas táteis).

Farrell (2008) afirma ainda que alguns aspectos das tecnologias da informação e comunicação (TICs) possibilitam que a pessoa portadora de deficiência visual escreva um trabalho falando o texto para um computador.

Para Galvão Filho (2008), as novas Tecnologias de Informação e Comunicação vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e, sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo e essa constatação é ainda mais evidente e verdadeira quando nos referimos a pessoas com deficiência e segundo o autor, as TICs podem ser utilizadas ou como Tecnologia Assistiva, ou por meio de Tecnologia Assistiva.

Utilizamos as TIC como Tecnologia Assistiva quando o próprio computador é a ajuda técnica para atingir um determinado objetivo. Por exemplo, o computador utilizado como caderno eletrônico, para o indivíduo que não consegue escrever no caderno comum de papel. Por outro lado, as TIC são utilizadas por meio de Tecnologia Assistiva, quando o objetivo final desejado é a utilização do próprio computador, para o que são necessárias determinadas ajudas técnicas que permitam ou facilitem esta tarefa. Por exemplo, adaptações de teclado, de mouse, software especiais, etc. (FILHO, 2008, p. 7).

Assim as TICs oferecem acesso por meio da visão, com o uso de letras aumentadas, audição, por meio da síntese da fala e do tato, por meio da conversão de um texto impresso em braile. “A informação de *sites* da internet é acessada por *download* para o computador, e então lida por um leitor de tela pela síntese da fala, letras aumentadas e braile” (FARRELL, 2008, p.36).

Máquinas e *scanners* ópticos permitem que o aluno leia um texto impresso traduzido em fala sintetizada. CD-ROMs com versões eletrônica ou falada do mesmo texto estão substituindo livros falados, e já é fácil encontrar escritores e gravadores de CD-ROM. Os gravadores especializados para deficientes visuais incluem modelos com controle de velocidade, indexação da voz e botões com marcas táteis. Há modelos de mesa e modelos compactos. A indexação de voz permite que sejam inseridos sinais na fita, que podem ser escutados quando ela é impulsionada para a frente ou para trás.

A partir desses exemplos, podemos perceber que as Tecnologias de Informação e Comunicação contribuem significativamente para desenvolver a independência das pessoas com deficiência visual.

5.3 DEFICIÊNCIA AUDITIVA E RECURSOS

Carletto (2012) afirma que a deficiência auditiva é a redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons, em diferentes graus de intensidade, devido a fatores que a afetam a orelha externa, média ou interna. Esta é a deficiência que mais particularidades apresenta e a de mais difícil interação na sociedade, segundo os autores e por este motivo a comunidade surda é a que a mais enfrenta peculiaridades pois muitas vezes não é compreendida. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua oficial dos surdos, reconhecida como língua oficial brasileira, contudo poucas pessoas a dominam.

As características da surdez dependem do tipo e da gravidade do problema que a causou e se é pré-linguístico, adquirida antes da fala, ou pós-linguístico.

Para a autora existem quatro níveis de surdez, a de grau leve que pode ser observada quando as pessoas não se dão conta que ouvem menos e tendem a aumentar progressivamente a intensidade da voz, porém, ouvem qualquer som desde que em volume mais alto. Já na surdez moderada, a pessoa, normalmente, fala muito “hein?”, tem dificuldade de ouvir ao telefone, faz troca de sons na fala e precisa de apoio visual. A surdez severa faz com que as pessoas não escutem sons importantes do dia-a-dia: fala, campainha e TV, por exemplo, e escutem apenas sons fortes. Por fim, a surdez profunda impede que a pessoa escute a maioria dos sons, percebendo apenas os sons graves que transmitem vibrações, como um avião ou um trovão. (CARLETTO, 2012, p. 33).

Frizanco e Honoro (2008) fazem uma distinção entre deficiência auditiva e surdez. A deficiência auditiva é quando alguma das estruturas da orelha apresenta uma alteração, ocasionando uma diminuição da capacidade de perceber o som. Geralmente o deficiente auditivo se comunica pela fala e apresenta uma perda auditiva de grau leve ou moderado. A surdez também é ocasionada por alguma alteração nas estruturas da orelha, ocasionando uma incapacidade em perceber o som. Geralmente o surdo se comunica por meio da Língua Brasileiras de Sinais (LIBRAS) e apresenta uma perda auditiva de grau severo ou profundo.

Se a surdez moderada, severa ou profunda, segundo Carletto (2012), for de nascimento ou adquirida no período pré-linguístico, haverá prejuízo na aquisição da linguagem oral pela criança e ela necessitará de amplificação sonora e educação

bilíngue através da Língua de Sinais, que é uma língua de modalidade visual-espacial, oficializada como língua pela Lei 1.436, de 2002.

Quanto ao período de aquisição da deficiência auditiva, teremos dois grupos: congênito, quando o indivíduo já nasceu surdo e, neste caso, a surdez é considerada pré-lingual, ou seja, estava presente antes da aquisição da linguagem e o grupo adquirido, quando o indivíduo nasce ouvindo e perde a sua audição no decorrer da idade, neste caso, a surdez é pré-lingual ou pós-lingual, dependendo da sua ocorrência ter acontecido antes ou depois da aquisição da linguagem. (FRIZANDO; HONORA, 2008, p. 43)

Assim, o surdo é a pessoa que possui uma perda, maior ou menor, na percepção normal dos sons e em função disso apresenta limitações de linguagem e conseqüentemente de comunicação. Sabemos que para representar a realidade e tornar possível sua comunicação com outros indivíduos, o ouvinte se comunica basicamente através da linguagem oral e escrita, os surdos, em sua maioria, através de sinais.

Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda/de surdo e nos de identificação dos surdos entre si (SÁ, 2002, p.106).

Além de um importante elemento aglutinante das comunidades surdas, a libras já é reconhecida no campo da linguística e também possui reconhecimento legal, porém, os surdos são vistos, ainda, como minoria linguística. Percebemos isso no tratamento dado pelo meio de comunicação televisivo, por exemplo, considerado um difusor de ideias, fatos e realidades, para essa parcela da população que possui e precisa de uma língua própria para poder efetivar e desenvolver cada vez mais a comunicação e que não é valorizado por esse meio de comunicação.

É importante salientar que os Surdos possuem o uso de uma língua particular, a Libras (Língua Brasileira de Sinais).

A língua de sinais não é uma língua universal. Aqui no Brasil é usada a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que é uma língua visomotora⁸ e possui regras gramaticais próprias, com todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, sintaxe e outros elementos que preenchem todos os requisitos científicos para ser considerada uma instrumento linguístico (FRIZANCO; HONORA, 2008, p.53).

Essa língua natural dos Surdos já é reconhecida pelos estudos no campo da linguística, outro fator que a faz ainda mais legítima e, por isso, apta para ser reconhecida por todos os componentes sociais, inclusive pelos meios de

⁸ Visomotora: relação entre o comando dos olhos e a coordenação, no caso, das mãos.

comunicação, é o reconhecimento legal (ALMEIDA, 2006). Através da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que em seu parágrafo único reconhece a Libras como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002). A importância de reconhecimento e entendimento, pelos comunicadores sociais, de que o acesso e o uso da língua dos sinais garantem aos Surdos, de modo satisfatório, o funcionamento simbólico-cognitivo e também colabora no processo de construção de sua identidade, em todos os aspectos: linguístico, cognitivo e social (ALMEIDA, 2006).

Para os autores, algumas pessoas surdas têm possibilidade de adquirir e desenvolver a linguagem oral, utilizando a fala para se comunicar. Outras, por características pessoais e também em decorrência do ambiente familiar em que cresceram, apresentam linguagem oral mínima e utilizam de outras formas de comunicação, como sinais ou até gestos. Bersch (2008) afirma que alguns auxílios foram desenvolvidos para pessoas com surdez ou com déficit auditivo, como “equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado-teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, entre outros” e esses podem ser utilizados para que a comunicação seja potencializada.

O sistema de *Close Caption* é outro recurso técnico desenvolvido com o intuito de proporcionar o acesso dos surdos à informação e consistem, segundo Almeida (2006), na transmissão de um sinal de texto codificado dentro da imagem, visualizada na tela dos televisores de forma opcional. Neste sistema, as legendas podem ser pré-produzidas ou em tempo real. Para que o recurso seja eficiente, a pessoa surda precisa ser oralizada, ou seja, ter domínio da Língua Portuguesa para acompanhar a leitura rápida das legendas, “o sistema para essas pessoas é eficaz e de fato produz um rompimento da barreira comunicacional” (ALMEIDA, 2006, p.60) e esse sistema está legalmente assegurado segundo a Portaria número 310/2006⁹, do Ministério das Comunicações, de acessibilidade,

Aprovar a Norma Complementar nº 01/2006 – recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. (BRASIL, 2006).

⁹ Texto completo disponível em:

<<http://www.creams.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=FYr3DPkA5Ng%3D&tabid=419>>

Notamos, então, que a deficiência auditiva e a surdez apresentam características bem diferentes, porém, ambas ocasionam uma limitação para o desenvolvimento do indivíduo. Como afirmam Frizanco e Honora (2008), a audição é fundamental para a aquisição da linguagem falada e sua deficiência pode ocasionar muita dificuldade nas relações sociais, psicológicas e na interação.

5.4 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E RECURSOS

A deficiência intelectual, segundo Frizanco e Honora (2008), é a nomenclatura usada atualmente para definir o que antigamente chamávamos de deficiência mental. O termo foi aprovado em agosto de 2006, em um Convenção Internacional de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Carletto (2012) discorre que a deficiência intelectual, ou deficiência mental, de acordo com a *American Association on Intellectual and Development Disabilities – AAIDD* (Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento) consiste no: “[...] funcionamento mental significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa” (BRASIL, 1999).

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. As Deficiências Intelectuais podem variar de leve à grave. [...] é considerado deficiente intelectual “pessoas com funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos”. (FRIZANCO; HONORA, 2008, p.103).

Os autores afirmam que as limitações das pessoas com deficiência intelectual podem estar associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como a comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

Os estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial indicam a alta incidência de deficiência intelectual em países em desenvolvimento, geralmente no Hemisfério Sul, por serem países com altas taxas de população que vivem abaixo da linha da pobreza, em condições precárias de saúde, de educação e de infraestrutura urbana. Os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

indicam que 5% da população apresenta deficiência intelectual no Brasil. (FRIZANCO; HONORA, 2008, p.104).

Segundo Frizanco e Honora (2008), a Organização das Nações Unidas divide os fatores de deficiências intelectuais da seguinte forma: 60% causas ambientais e 40% causas genéticas. As causas podem ter diversas etiologias, pois, na maioria das vezes, a identificação delas não é possível, mas as causas mais frequentes identificadas podem estar inseridas em dois grupos: causas intra-individuais e causas externas ao indivíduo. No primeiro grupo a origem pode ser genética, metabólica, doenças cerebrais e desordens psíquicas, já no segundo grupo, os fatores podem ser pré-natais (antes do nascimento), peri-natais (do nascimento até um mês de vida), pós-natais (após o primeiro mês de vida) e fatores ambientais, quando há ausência de estimulações no ambiente, por exemplo, crianças de orfanatos, empobrecimento nas relações afetivas, entre outras.

Para as autoras Frizanco e Honora (2008), há quatro áreas em que o indivíduo com deficiência intelectual pode apresentar diferenças. Área motora, nos casos mais severos pode-se perceber incapacidades motoras acentuadas, tais como dificuldade de coordenação e manipulação, a área cognitiva pode apresentar dificuldade na aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção, na capacidade de memorização e resolução de problemas. Na área socioeducacional, quando a existe uma discrepância entre a idade mental e a idade cronológica e na área da comunicação, onde alguns deficientes intelectuais encontram mais dificuldades em gerar suas relações pessoais.

A falta de compreensão da função da escrita como representação da linguagem é outra característica comum em quem tem deficiência intelectual. Segundo a Revista Escola¹⁰ essa imaturidade do sistema neurológico pede estratégias que servem para a criança desenvolver a capacidade de relacionar o falado com o escrito. Para ajudar deve-se enaltecer o uso social da língua e usar ilustrações e fichas de leitura com o objetivo de acostumar o indivíduo a relacionar imagens com textos e assim, fazer com que o mesmo crie interações.

Se existirem limitações na comunicação de deficientes intelectuais, isso prejudicará o indivíduo nas relações com o ambiente e dificultará o convívio no dia-a-dia, visto que pequenas habilidades da vida cotidiana e comunitária deixarão de

¹⁰ Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formas-criativas-estimular-mente-deficientes-intelectuais-476406.shtml>

existir e quando tratamos da comunicação das pessoas com deficiência intelectual percebemos que os mesmos utilizam, como citado anteriormente, recursos de Comunicação Alternativa ou Aumentativa (CAA) para suprirem necessidades comunicacionais. Além das CAAs, percebemos que pessoas com deficiência intelectual possuem, também, o auxílio de recursos de acessibilidade ao computador, que conforme Bersch (2008) é um conjunto de *hardware* e *software* especialmente idealizado para tornar o computador acessível, no sentido de que possa ser utilizado por pessoas com privações sensoriais e motoras.

Além das pessoas com deficiência intelectual, as pessoas com paralisia cerebral, os cegos e surdos também utilizam os recursos de acessibilidade ao computador para melhorar o processo de comunicação. São exemplos de equipamentos que auxiliam o processo comunicacional: os teclados modificados, os teclados virtuais com varredura, *mouses* especiais e acionadores diversos, *softwares* de reconhecimento de voz, ponteiras de cabeça por luz, a síntese de voz, monitores especiais, os *softwares* leitores de texto (OCR), impressoras braile e linha braile.

A utilização de adaptações com a finalidade de possibilitar a interação, no computador, a pessoas com diferentes graus de comprometimento motor, sensorial e/ou de comunicação e linguagem é utilizada por meio de Tecnologia Assistiva. Galvão Filho (2008, p.8) classifica esse tipo de TA em 3 grupos: Adaptações físicas ou órteses: são todos os aparelhos ou adaptações fixadas e utilizadas no corpo do aluno e que facilitam a interação do mesmo com o computador; Adaptações de hardware: são todos os aparelhos ou adaptações presentes nos componentes físicos do computador, nos periféricos, ou mesmo, quando os próprios periféricos, em suas concepções e construção, são especiais e adaptados e por último, os softwares especiais de acessibilidade: são os componentes lógicos das TIC quando construídos como Tecnologia Assistiva, ou seja, são os programas especiais de computador que possibilitam ou facilitam a interação do aluno com deficiência com a máquina.

5.5 DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA E SURDOCEGUEIRA E RECURSOS

É a associação, segundo Carletto (2012) de duas ou mais deficiências, segundo a definição da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC),

A deficiência múltipla é a expressão adotada para designar pessoas que têm mais de uma deficiência. É uma condição que identifica diferentes grupos de pessoas, revelando associações diversas de deficiências que afetam, mais ou menos intensamente, o funcionamento individual e o relacionamento social. (CARLETTO, 2012, p. 43).

Já para Frizanco e Honora (2008, p. 146), a múltipla deficiência poder ser:

[...] a deficiência auditiva ou a deficiência visual associada a outras deficiências (intelectual e/ou física), como também a distúrbios (neurológicos, emocional, de linguagem e de desenvolvimento global) que causam atraso no desenvolvimento educacional, vocacional, social e emocional, dificultando a autonomia do indivíduo.

Várias podem ser as causas que envolvem a múltipla deficiência, segundo Frizanco e Honora (2008), elas podem ser de ordem sensorial, de ordem motora e de ordem linguística. Podem ocorrer nos períodos pré-natal, peri-natal ou pós-natal, além disso, podem ser classificadas de diversos tipos, como surdez com deficiência intelectual, surdez com distúrbios neurológicos, de conduta e emocionais, surdez com deficiência física, baixa visão com deficiência intelectual, baixa visão com distúrbios neurológicos, emocionais, de linguagem e de conduta, baixa visão com deficiência física, cegueira com deficiência física, deficiência física com deficiência intelectual, entre outros.

A surdocegueira, considerada uma múltipla deficiência, apresenta, segundo Carletto (2012), a perda da audição e da visão concomitantemente em diferentes graus, o que leva a pessoa surdocega a desenvolver diferentes formas de comunicação para interagir com pessoas e com o meio ambiente. As pessoas que têm surdocegueira podem apresentar diferentes níveis de deficiência, por exemplo, um surdocego que enxergue pouco e não ouve nada ou aquele que ouve pouco e não enxergue nada.

Segundo Frizanco e Honora (2008), é uma deficiência única que apresenta a perda da audição e da visão de tal forma que a combinação das duas deficiências impossibilita o uso dos sentidos de distância, causa extrema dificuldade na conquista de metas vocacionais, recreativas, sociais e principalmente cria necessidades especiais de comunicação.

Segundo o Censo do MEC (Ministério da Educação), no Brasil existem 1.250 pessoas com surdocegueira, porém, especialistas da área acreditam ter muito mais. Segundo Farrell (2008), algumas definições funcionais enfatizam os efeitos da surdocegueira sobre mobilidade, obtenção de informação e comunicação. A pessoa surdocega tem dificuldades inter-relacionadas para descobrir informações, comunicar-se com os outros e movimentar-se pelo ambiente. De todas as deficiências, essa é a que produz maior impacto sobre a capacidade de aprender e de se comunicar.

Existem alguns métodos que podem facilitar o processo de comunicação dos indivíduos surdos cegos e alguns deles são apresentados por Farrell (2008): a interação intensiva onde não há nenhuma tarefa ou foco de resultado, mas sim interação; a comunicação co-criativa que enfatiza o relacionamento entre a pessoa com deficiência e o parceiro de comunicação; o trabalho de ressonância, onde a ideia é estimular a consciência do indivíduo de si mesmo através do ressoo das ações e vocalizações; na atividade de arrancada-pausa, onde o vidente/ouvinte deixa que a pessoa com deficiência responda ao estímulo e assim forneça dicas para a atividade adicional, se a tarefa é fazer uma mistura para cozinhar, por exemplo, o adulto primeiro mexe e depois pára para permitir que a criança mexa.

6. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A importância de se entender as deficiências sensoriais e físicas e compreender os diversos métodos comunicacionais utilizados pela população que as detém é fundamental para compreendermos a temática e buscarmos idealizar as diferentes formas de comunicação que podem ser reconhecidas e aceitas pela sociedade geral.

Notamos que muitos métodos para melhorar a comunicação das pessoas com deficiência foram criados e apresentados neste estudo, porém, esses tipos de acessibilidade, para firmar os direitos assegurados por lei, devem estar presentes em todos os espaços, pois, somente a partir disso poderá se estabelecer um núcleo de convivência e integração, indispensáveis para a construção de uma sociedade inclusiva, principalmente no quesito comunicacional.

Segundo Sasaki (2006), os espaços inclusivos e acessíveis são aqueles que gradualmente vão implementado as medidas de acessibilidade. O autor propõe seis dimensões de acessibilidade que deverão existir em todos os tipos de ambiente, sendo eles: acessibilidade arquitetônica, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e comunicacional, esta última, questão do presente estudo. Para o autor, são os vários tipos de linguagem como a escrita, verbal e virtual que podem não alcançar todas as pessoas. As barreiras comunicacionais, em oposição à acessibilidade, podem ser de caráter interpessoal, como a língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual, comunicação face-a-face; sob a forma de escrita, como jornais, revistas, livros, incluindo texto em Braille, com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook; Tecnologias Assistivas, como a Comunicação Alternativa; e comunicação virtual, no campo da acessibilidade digital.

Não alcançando todas as pessoas, a comunicação, inerente à vida humana, acaba se tornando um problema e pode afetar gravemente as pessoas que possuem

alguma alteração na funcionalidade da mesma e a linguagem deixa de alcançar seu objetivo principal, que segundo Maia (2013), constitui elemento crítico, não somente para a aquisição de outros sistemas simbólicos, como a leitura, a escrita e a matemática mas, também, para o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal.

No cenário geral das deficiências, diversas leis e decretos foram criados e estão em vigor com a finalidade de garantir direitos individuais fundamentais e no campo da comunicação, a situação é semelhante, como observado no Decreto Legislativo nº 168, de 9 de julho de 2008, que busca ampliar a noção de comunicação:

"Comunicação" abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. (BRASIL, 2008).

Considerando a comunicação humana um processo que utiliza sistemas simbólicos para o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal interpelamos como os profissionais da Comunicação Social podem se engajar nesse processo para que a comunicação envolva e abarque todas as pessoas, inclusive as que não possuem fala ou escrita funcional.

Trazendo o questionamento para a área da Comunicação Social e considerando o Jornalismo, a Publicidade e Propaganda e a Relações Públicas as três habilitações para discorrer sobre o problema do presente estudo, verificamos que o jornalista é o profissional que procura e divulga informações por meio de veículos de comunicação, como jornais, revistas, rádio, TV e internet. O jornalista também investiga e divulga fatos e informações de interesse público. Redige e edita reportagens, entrevistas e artigos, adaptando a abordagem e a linguagem dos textos ao veículo e ao público a que se destinam. O publicitário atua em agências de publicidade, na área de marketing de empresas e em produtoras especializadas é o profissional responsável pela criação, realização e divulgação de campanhas e peças publicitárias, procurando a melhor forma de apresentar um produto ou serviço ao consumidor, promovendo assim a venda.

O publicitário atua também na elaboração de estratégias na área da comunicação, visando obter melhoramentos na relação de empresas e instituições

com a sociedade. Pesquisa o perfil do público-alvo, levantando dados para escolher a melhor abordagem e o meio de comunicação mais adequado à campanha.

Já o relações públicas é o encarregado de prestar assessoria e consultoria a empresas públicas e privadas, atuando no planejamento e na execução de eventos e promoções, em pesquisas de opinião pública e de mercado e no planejamento de projetos de comunicação interna e externa para organizações em geral. O profissional desta área promove a boa imagem de empresas ou instituições perante o público interno e externo, planejando e desenvolvendo programas e instrumentos para a comunicação organizacional, criando programas de integração com a comunidade, formulando ações para o bom relacionamento da organização com os diferentes públicos.

Percebemos uma preocupação das áreas da Comunicação Social em planejar e criar ações que visem desenvolver uma relação favorável entre as organizações em que os profissionais atuam e seus públicos. Porém, quando consideramos as pessoas que possuem alguma alteração na funcionalidade da fala ou escrita, notamos que esse público encontra-se alocado em uma categoria aparentemente específica: a dos excluídos.

Observando as ações que se voltam à promoção da acessibilidade comunicacional, percebemos que muitas delas se configuram, na verdade, segundo Bartalotti (2006) como ações de reparação, ou seja, ações que buscam, de alguma maneira, compensar os chamados “excluídos” pela sua condição. Pensando nisso, o presente estudo traz sugestões e reflexões para que o campo da comunicação se aproprie e discuta o assunto, trazendo para a sua realidade e prática as questões de inclusão ligadas ao processo de comunicação de pessoas com deficiência. Mesmo sabendo que não há soluções únicas para que a acessibilidade comunicacional atinja todas as pessoas, o importante é que o profissional se preocupe com isso e percorra esse caminho, buscando, pelo menos, a apropriação e compreensão do assunto.

Assim, nesta reflexão, se consideramos o jornalista, enquanto profissional que procura e divulga informações por meio de veículos de comunicação, como jornais, revistas, rádio, TV e internet e o Relações Públicas, enquanto profissional que promove a boa imagem, desenvolvendo programas e instrumentos para a comunicação organizacional, ambos se valem do sistema Web (WWW - World Wide Web - rede de alcance mundial) para a criação de seus próprios espaços midiáticos

e podem utilizá-lo também para a ampliação da acessibilidade comunicacional. Segundo Sgorla (2011), o sistema Web possibilita a operação de uma variedade de estratégias para tornar visíveis as mais diferentes informações organizacionais, por meio de articulações entre conteúdo e forma, tecnologia e estratégia, além de permitir diferentes maneiras de interação.

Os profissionais de comunicação veem os sites organizacionais como ambientes propícios ao desenvolvimento das estratégias de visibilidade e de comunicação organizacional. Eles buscam planejar a apresentação das informações, seguindo os objetivos da organização assessorada, utilizando linguagens de texto em verbo, imagem e som, com base na ordem do hipertexto. (SGORLA, 2011, p 158).

Sendo ambientes propícios ao desenvolvimento estratégico organizacional, os profissionais responsáveis pelo conteúdo dessas plataformas precisam ter o cuidado com a acessibilidade comunicacional. Sabemos que o decreto-lei ecreto nº 6.949 que promulgou a “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo”, determina que todos os sites devem ser acessíveis para todas as deficiências, mas infelizmente essa lei ainda é pouco conhecida e aplicada. Mesmo a aplicação da lei sendo lenta, profissionais de comunicação precisam buscar maneiras de transformar a comunicação do site acessível, já que é através dele que a promoção da visibilidade e da comunicação nas organizações contemporâneas se torna possível, além de promover o movimento da inclusão, buscando envolver a interação entre todos os sujeitos.

O Relações Públicas, profissional que também executa, cria e faz a manutenção de procedimentos, no sentido de estabelecer uma dinâmica de ação de relacionamento com a comunidade, faz também as

relações com os órgãos da imprensa em geral e com os líderes da comunicadade; representação da instituição em cerimônias e atos públicos; preparação e treinamento de porta-vozes; organização e execução do sistema de visitas à instituição, preparação de eventos técnicos, especiais, comerciais, culturais, políticos-sensoriais e institucionais [...] (ANDRADE, 2001, p. 45)

É este profissional o responsável pela promoção da boa imagem de empresas e instituições públicas, planejando e desenvolvendo programas e instrumentos para a comunicação organizacional bem como pela área de eventos que deverá proporcionar o acesso de pessoas com deficiência a produtos culturais e comerciais,

como também estabelecer um novo patamar de igualdade baseado na valorização da diversidade.

Para que isso ocorra, a importância de se desenvolver eventos que integrem qualquer tipo de pessoas, independente de sua condição, é a única maneira de exercer os direitos de todos. Pensando-se, por exemplo, em uma população de 1,7 milhão de brasileiros cegos, além do sistema Braille, a audiodescrição surge como um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual, conforme Motta¹¹, o recurso pode ser utilizado em eventos culturais (peças de teatro, programas de Tv, exposições, mostrar, musicais, óperas, desfiles, espetáculos de dança), turísticos (passeios e visitas), esportivos (jogos, lutas, competições), acadêmicos (palestras, seminários, congressos, aulas, feiras de ciências, experimentos científicos, história) e outros por meio da informação sonora.

A audiodescrição transforma o visual em verbal, abrindo assim possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão social, cultural e escolar, mas para que ela se torne realidade, profissionais responsáveis pela área de eventos precisam estar alinhados quanto a importância deste sistema de comunicação. Segundo o site Audiodescrição¹², o recurso consiste na descrição clara objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não são contidas em diálogos. Abrange desde expressões faciais, corporais até informações sobre ambiente, figurino, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço. A leitura de créditos, títulos e qualquer informação descrita em telas é descrito nesse recurso comunicativo.

Além das pessoas com deficiência visual, esse recurso amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual e idosos. Para isso, são usados os mesmos equipamentos de tradução simultânea, fones de ouvido e receptores, mas a informação sonora é transmitida pelos audiodescritores de dentro de uma cabine. Nos mesmos espaços a tradução em libras pode ser um recurso igualmente importante pois permite o acesso de pessoas com deficiência auditiva aos espaços culturais e escolares, ampliando principalmente o acesso à informação. Além da tradução em libras, existem diversos softwares¹³ capazes de traduzir texto em voz de português para Libras, com o objetivo de permitir a comunicação entre

¹¹ Disponível em < <http://www.vercompalavras.com.br/pdf/artigo-ciranda-da-inclusao.pdf>>

¹² www.audiodescricao.com.br

¹³ Disponível em: < <http://www.prodeaf.net/OQueE>>

surdos e ouvintes. Esses softwares contribuem para a inclusão social, visto que podem ser instalados no smartphone, no computador e em *sítes* organizacionais.

Cuidados como estes enfatizam o fato de que os profissionais da área da Comunicação, principalmente os Relações Públicas precisam ter a preocupação para o fato de que “não existe um só tipo de público” (ANDRADE, 2001, p 12), para o autor, em alguns casos um público pode ser considerado com um grupo de indivíduos com interesses comuns, mas o público que estamos interessados pode consistir uma coleção de indivíduos bastante heterogênea. Por isso o profissional precisa ter o cuidado, em seus diversos fazeres, de estudar o público e buscar adaptar todos os recursos para que a comunicação seja acessível, que as mensagens sejam dirigidas, correspondidas e que a inclusão social seja democratizada nos espaços sociais e culturais, só assim poderemos acreditar na diversidade com um valor para construirmos uma sociedade de todos.

Levantando o exemplo do fazer dos publicitários, responsáveis técnicos pela divulgação de produtos, serviços e ideias junto ao público, podem se apropriar do recurso *closed caption* (legenda oculta), para proporcionar o acesso das pessoas com deficiência auditiva oralizados à informação. A Portaria nº 132, de 26 de junho de 2012, altera o texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006 estabelece valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso para emissoras do serviços de sons e imagens e de retransmissão de televisão de 112 horas semanais, das quais, para efeito de contabilização, no máximo 2 horas diárias veiculadas entre as 2 e as 6 horas, mas o que buscamos aqui é a conscientização da necessidade pela ampliação da acessibilidade comunicacional e que incluir não é apenas obedecer leis e normas, mas principalmente é não negar a diferença, buscando soluções e respeitando as diferenças, já que as mesmas são constitutivas do ser humano.

Algumas emissoras exibem em suas programações este recurso, porém, percebe-se que falta às agências de comunicação, publicidade, marketing e propaganda colaborarem com a programação, incentivando seus clientes a legendar seus comerciais, afinal, esse público também é consumidor. O recurso, o *closed caption* (legenda oculta), foi desenvolvido com o intuito de proporcionar o acesso das pessoas com deficiência auditiva à informação, e é uma maneira de um meio de comunicação, como a televisão, considerado um difusor de ideias, fatos e realidades, possa efetivar e interar essas pessoas sobre os acontecimentos e

romper a barreira comunicacional, transmitindo uma troca de informações e experiências.

Notamos que as ações comunicacionais acessíveis como espaço na mídia, nos eventos culturais, sociais e organizacionais, nos *sítes* corporativos entre outros, necessitam de uma construção de novas concepções, que vão além da boa vontade ou disponibilidade, exigem condições que permitam a essas pessoas sejam respeitadas pelas suas diferenças e que por mais trabalhoso que possa ser, são ações possíveis e executáveis. O que precisamos também é que as pessoas e os profissionais entendam e trabalhem para que essa possibilidade se realize de maneira completa e que 100% do público brasileiro tenha acesso às informações, tanto de natureza cultural, como de lazer e comercial.

Toda essa análise tem como objetivo propor um processo de intervenção que permita à pessoa com deficiência alcançar meios para que a comunicação e a troca de informação ocorra, além, é claro de inserção e integração social deste indivíduo. Porém, sabemos que ocorre no dia a dia, segundo Bartalotti (2006), é que essa integração costuma ser “de mão única”, ou seja, um processo pela qual se espera que os diferentes (seja qual for a diferença) se modifiquem, se transformem, para se adaptarem às exigências da sociedade. A partir dessa concepção, o estudo buscar aumentar a inserção das pessoas com deficiência dentro de alguns meios, sem para tanto, eliminar as diferenças – pois, muitas vezes, a diferença não pode ser eliminada, mas sim adaptar os meios comunicacionais para que mais pessoas possam ter acesso.

Neste ponto, o exercício de pensar em recursos alternativos que os profissionais da área da Comunicação possam se valer para desenvolver suas atividades incluindo os sujeitos com deficiência, dando-lhes acesso à informação que produzem, certamente não se esgota nestas poucas alternativas refletidas. Contudo, pensar sobre o tema, evidencia a existência de recursos e possibilidades que permitem a inclusão comunicacional efetivamente.

Tentamos aqui avançar no processo de construção de uma sociedade que respeite a diversidade, firmando o movimento pela busca da inclusão social. Tudo isso é trabalhado no “modelo social da deficiência” trazido pela Organização Mundial da Saúde (2001)

O modelo social de deficiência considera o fenômeno fundamentalmente como um problema de origem social e principalmente como um assunto centrado na completa

integração das pessoas na sociedade. A deficiência não é um atributo da pessoa, mas um complicado conjunto de condições, muitas das quais são criadas pelo contexto/entorno social.

A busca assim é por um paradigma inclusivo, segundo Bartalotti (2006), onde a crença é pela busca de uma sociedade para todos. Não cabendo somente aos indivíduos com deficiência se integrar à sociedade, mas sim que a sociedade também se transforme para acolher todos os seus cidadãos.

O manejo do problema requer a atuação social e é responsabilidade coletiva da sociedade fazer as modificações ambientais necessárias para a participação plena das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida social (OMS, 2001)

Nesse ponto, as mudanças para que a acessibilidade comunicacional se torne possível cabe também ao profissional da Comunicação Social que deverá afastar os estigmas e amenizar as dificuldades do processo comunicacional das pessoas com deficiência, assim como, elaborar os instrumentos necessários para integração, visando à inclusão social, como também aceitação das diferenças e a valorização da diversidade humana.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar como os profissionais da Comunicação Social podem se engajar, nos processos de comunicação, para potencializar a inclusão social das pessoas com deficiência. Sendo a comunicação, segundo Bordenave (1994), a responsável pelo compartilhamento de experiências, ideias e sentimentos, torna-se evidente a sua importância no dia a dia e na vida das pessoas. Trazendo esse problema de pesquisa para o campo da Comunicação Social e sendo o comunicador o responsável por intermediar esse processo de compartilhamento, percebemos que é necessário mais esforços no sentido de buscar, elaborar e utilizar os instrumentos e recursos acessíveis disponíveis para tornar a comunicação um elo de integração e inclusão social.

Considerando a trajetória histórica, quando, durante séculos, as pessoas com deficiência eram excluídas do convívio social e apesar da evolução desta percepção, principalmente a partir da década de noventa, vários setores da nossa sociedade ainda refletem e vivem essa exclusão, notamos que para garantir direitos individuais fundamentais, como a liberdade e igualdade das pessoas com deficiência, diversas leis e normas foram criadas e no campo da comunicação o contexto é semelhante.

Mesmo recebendo esse aporte da justiça, a sociedade brasileira ainda está em uma das últimas colocações quando tratamos do cumprimento das leis e das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência. Percebemos que o que realmente garante a inclusão é a conscientização da sociedade, que se torna um catalisador para o processo da inclusão social.

A dificuldade da sociedade brasileira em aceitar e saber lidar com as pessoas com deficiência fica evidente também no campo da Comunicação Social, impedindo, em sua maioria, que a pessoa com deficiência tenha acesso à plena comunicação interpessoal, escrita e também virtual e como consequência disso, seja privado do acesso à informação e ao conhecimento. Pensando nisso, se buscou apresentar as deficiências sensoriais e físicas e alguns recursos comunicacionais disponíveis para cada deficiência, com o intuito de criar uma discussão e principalmente uma reflexão sobre o que está sendo criado para esses indivíduos e discutir como os Comunicadores Sociais podem se apropriar de alguns recursos que já existem para

aumentar a inclusão dessas pessoas nos processos comunicacionais nos quais estão envolvidos.

A dificuldade em encontrar material bibliográfico, no campo da comunicação em relação com o tema do estudo, trouxe, ao final deste estudo, uma reflexão pessoal para além do anseio de problematizar a questão, a defrontar com uma inversão de papéis. *E se todos os recursos comunicacionais disponíveis fossem disponibilizados na versão acessível? Como as relações se constituíram?*

Um case elaborado pela agência DM9Sul, permitiu-me ao final deste trabalho monográfico refletir sobre esses questionamentos, quando alerta a população sobre a necessidade do acesso universal à cultura, através da criação do projeto “Palavras Invisíveis”¹⁴, obra com textos inéditos de alguns dos principais nomes da literatura brasileira atual publicados unicamente em Braille.

Luis Fernando Verissimo, Lya Luft, Eliane Brum, Ivan Martins, Fabrício Carpinejar, Martha Medeiros, Tati Bernardi, Carlos de Britto e Mello, Antonio Prata e Estevão Azevedo foram os autores convidados que escreveram textos para a iniciativa a partir do tema *Tudo aquilo que não se pode ver*.

O projeto buscou provocar a inquietação que a pessoa com deficiência visual sente ao ter em mãos uma obra não acessível, já que mais de 95% das obras disponíveis no mercado editorial brasileiro não possuem versão em Braille. Esse despertar de consciência resume o intuito deste estudo ao provocar os Comunicadores Sociais e a sociedade em geral a entender que não existe comunicação sem sociedade e nem sociedade sem comunicação, pois ambas são uma coisa só e que para afastar paradigmas e amenizar as dificuldades dos processos comunicacionais é necessário elaborar instrumentos de integração que visem a inclusão social e aceitação das diferenças, para só então valorizar cada pessoa em respeito à diversidade humana, em todos os setores da nossa vida.

¹⁴ <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/campanha-cria-primeiro-livro-em-braile-com-contos-ineditos>

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. T. De S. **Curso de Relações Públicas: Relação com os diferentes públicos**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003. 308 p.

AUDIODESCRIÇÃO. **Significado da Audiodescrição**. Disponível em <<http://audiodescricao.com.br/ad/>> Acessado em: 17 jul. 2014.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?**- São Paulo: Paulus, 2006. 57 p.

BERLO, D. K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Contes, 2003.

BERSCH, R. **Introdução à Comunicação Alternativa**. 2008. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf> Acessado em: 12 mai. de 2014.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. De L. T. **Psicologias uma Introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. 20. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

BRASIL. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acessado em: 22 mai. 2014.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº12**, de 17 de outubro de 1978. Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acessado em: 20 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>> Acessado em: 19 mai. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de janeiro de 1999. Regulamento a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em: 18 mai. 2014.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acessado em: 12 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela

jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm> Acessado em: 18 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.045**, de 18 de maio de 1995. Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braille, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos. Revogada pela Lei nº 9.610, de 10.02.98. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9045.htm> . Acessado em: 17 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acessado em: 18 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acessado em: 19 mai. 2014.

BRASIL. **Portaria Nº 310, de 27 de junho de 2006**. Esta Norma tem por objetivo complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto no 5.645, de 28 de dezembro de 2005. Disponível em: < <http://www.creams.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=FYr3DPkA5Ng%3D&tabid=419>> . Acessado em junho de 2014.

BRASIL. **Portaria nº 312, de 26 de junho de 2012**. Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em: < <http://www.mc.gov.br/portarias/25916-portaria-n-312-de-26-de-junho-de-2012>>. Acessado em junho de 2014.

BRUNO, M. M. G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual**. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 81 p.

CARLETTO, A. C. **Manual de Convivência** - Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida - 2a. Edição, ampliada e revista. Realização: Instituto Mara Gabrilli, 2012. 88 p.

CENSO 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 25 abr. 2014.

DUDAS, T. L. A Comunicação Alternativa como potencializadora da inclusão social?. In: PASSERINO, L.M.; BEZ, M.R.; CYPRIANO, A.C.; PERES, P.A. **Comunicar para Incluir**. Porto Alegre: CRBF, 2013, 83-97p.

FARHAT, M. B. Comunicação Suplementar e ou Alternativa na Fundação Catarinense de Educação Especial: A perspectiva da família. In: PASSERINO, L.M.; BEZ, M.R.; CYPRIANO, A.C.; PERES, P.A. **Comunicar para Incluir**. Porto Alegre: CRBF, 2013, 33-46p.

FARRELL, Michel. **Deficiências sensoriais e incapacidades físicas: guia do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 112 p.

FERNANDES, L. B.; MOSQUERA, C.; SCHLESENER A. Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. In: **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v.2, p.132 –144. Disponível em: < http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volum_e_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf>, Acessado em: 07 jun. 2014.

FOSSA, M. I.; SGORLA, F. Os sites organizacionais como espaços estratégicos para as organizações contemporâneas. **Revista Comunicação Midiática**. v.6, n.1, p.156-169, jan./abr. 2011. Disponível em: < file:///D:/Downloads/Dialnet-osSitesOrganizacionaisComoEspacosEstrategicosParaA-3989616%20(1).pdf>. Acessado em: 15 jun. 2014.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: FRANÇA, Vera Veiga; HOHFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; (org). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; HONORA, Márcia. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teórico e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. – São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008. 192 p.

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. Programa InfoEsp: Premio Reina Sofia 2007 de Rehabilitación y de Integración. In: **Boletín del Real Patronato Sobre Discapacidad, Ministerio de Educación, Política Social y Deporte**, Madri, Espanha. n. 63, p. 14-23.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. _____ . **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: < http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php#autor>. Acessado em: 15 mai. 2014.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Sumuus, 2003. 424 p.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Loyoula, 1994.

MAIA, S.R. Aspectos importantes no uso da comunicação alternativa com pessoas com surdocegueira e com deficiência múltipla sensorial. In: PASSERINO, L.M.; BEZ, M.R.; CYPRIANO, A.C.; PERES, P.A. **Comunicar para Incluir**. Porto Alegre: CRBF, 2013, 23-32p.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

MOTTA, L. M. V. De M. **Inclusão Escolar e Audiodescrição**: Orientações aos Educadores. Disponível em: <<http://www.vercompalavras.com.br/pdf/artigo-ciranda-da-inclusao.pdf>>. Acessado em: 15 jul. 2014.

NOGUEIRA, Carolina de Matos. **A História da deficiência**: tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil. 2008. 14 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Educação e Humanidades e Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

NOVO SER. Disponível em: <<http://www.novoser.org.br>>. Acessado em: 15 mai. 2014.

PEREIRA, A. C. C. **Inclusão de Pessoas com Deficiência no Trabalho e o Movimento da Cultura Organizacional**: análise multifacetada de uma organização. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2011.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: A aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

REVISTA EXAME. **Campanha cria primeiro livro em braile com contos inéditos**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/campanha-cria-primeiro-livro-em-braile-com-contos-ineditos>>. Acessado em: 12 jul.2014.

REVISTA ESCOLA. **Formas criativas para estimular a mente de deficientes intelectuais**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formas-criativas-estimular-mente-deficientes-intelectuais-476406.shtml>>. Acessado em: 19 jul. 2014.

SÁ, N. R. L. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: UFA, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Construindo uma sociedade para todos**. 7. Ed. Rio de Janeiro: WAV, 2006.176 p.

SOUZA, M. D.; PASSERINO, L. M. A Comunicação Alternativa na Escola Inclusiva: Possibilidades e Prática Docente. In: PASSERINO, L.M.; BEZ, M.R.; CYPRIANO, A.C.; PERES, P.A. **Comunicar para Incluir**. Porto Alegre: CRBF, 2013, 99-117p.

STUMPF, Ida Regina C., Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 51-61.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch. Obras Escogidas Tomo V. Fundamentos de defectologia. Madri: Visor Distribuciones, 1997.